

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT



Alta do IOF, além de inibir investimento, elevou custos

Aumento do IOF deflagra críticas do setor produtivo

A tralhada palaciana de elevar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), voltando atrás, em seguida, foi alvo de intensas críticas, tanto das instituições financeiras, quanto das indústrias, que formaram consenso quanto aos danos da medida, a exemplo da inibição de investimentos, de estímulo ao crescimento e elevação de custos.

Na contramão da ex-

Custos

Para a Fiesp, “tais medidas vão impor maiores custos às empresas, sobretudo as indústrias, já penalizadas pela desigualdade tributária e pela crescente dificuldade de acesso ao crédito, devido à uma taxa básica extremamente contracionista e spreads bancários excessivamente elevados”.

Carga

Mesmo após a reversão parcial das medidas, a Fiesp observou que “nenhuma alteração foi anunciada acerca das medidas que oneram [ainda mais] as operações de crédito das empresas”, para quem o equilíbrio fiscal não deve ser obtido pela elevação da carga tributária sobre o setor produtivo.



Agência Petrobras

Entrada em operação ocorreu dois anos antes do previsto

Petrobras: FPSO Alexandre de Gusmão entra em operação

A Petrobras informou há pouco que o FPSO Alexandre de Gusmão entrou em produção hoje no campo de Mero, do bloco de Libra, no Pré-sal da Bacia de Santos. Isso ocorre mais de dois meses antes do previsto no plano de negócios, segundo a estatal.

A plataforma é fretada pela Petrobras à SBM

Offshore. A estrutura tem capacidade para produzir 180 mil barris de óleo por dia e processar 12 milhões de metros cúbicos (m³) de gás diários.

Com a entrada em operação deste novo FPSO, a capacidade de produção instalada do campo será ampliada de 590 mil barris diários para 770 mil, um aumento de 31%.

Nova emissão

A Caixa Econômica Federal (CEF) quer usar os US\$ 700 milhões captados via emissão de bonds no exterior este mês para elevar a oferta de crédito a MEI. Com o sucesso da operação - demanda sete vezes maior à oferta - a CEF deve fazer nova emissão no exterior ainda este ano.

Renda

Os sucessivos aumentos nos preços dos alimentos elevaram as expectativas de inflação futura do consumidor nos últimos meses. Contudo, o avanço na renda da população ajudou a evitar o pessimismo, segundo Anna Carolina Gouveia, pesquisadora do Ibre-FGV.

Volta

O montante já captado, que será direcionado ao crédito para aos MEI, equivale a quase R\$ 4 bilhões na cotação atual. A oferta marcou a volta do banco público ao mercado externo. O valor inicial (US\$ 500 milhões) foi elevado diante da demanda aquecida.

Descenso

Em março, os consumidores previam uma inflação de 6,6% nos 12 meses seguintes, após ter atingido 6,8% em janeiro. Em abril, houve nova queda, a 6,4%. O resultado, porém, era inferior a setembro de 2024, com taxa projetada de 6,0%, a reboque da alta dos alimentos.

Volúpia arrecadatória exigiu 25 medidas em dois anos

Ignorando o desajuste fiscal, governo mira financiar assistencialismo

Por Marcello Sigwalt

Atestado da insaciável volúpia arrecadatória federal (a exemplo do recente aumento do IOF sobre os planos de previdência complementar VGBL), o atual governo petista foi responsável, desde 2023, por nada menos do que 25 medidas que implicaram aumento da arrecadação de impostos, como se já não bastasse a pesadíssima carga tributária (32,32% do PIB, no final do ano passado), a título de compensação de outra volúpia, mas de gastos que, ao que tudo indica, vai se estender até os estertores do atual mandato petista, às vésperas do pleito presidencial de 2026. Que o decantado equilíbrio fiscal fique, como ‘presente de grego’, para o sucessor, mesmo que este seja o atual mandatário do país.

Tal política de ‘olhar para o próprio umbigo’ fiscal, como de costume, vem fragilizando, ainda mais, a classe média trabalhadora e assídua contribuinte, sem contar as empresas que, de fato, produzem... Isso porque, nos últimos dois



Unsplash

Na contramão do discurso da campanha, gestão petista aperta a corda fiscal no contribuinte

anos, o Planalto protagonizou uma saraivada de medidas em causa própria, seja reonerando impostos, criando novos tributos, eliminando benefícios fiscais, quando não encaminha ao Congresso propostas para elevação de alíquotas de tributos já existentes.

Como justificativa para a nova ofensiva do Fisco, Had-

dad (ou Taxad) explica que a meta aqui é a ‘recomposição da base tributária’, ‘fechar brechas’ e ‘pôr fim a distorções’ existentes no sistema de impostos. E toma mais aumento da Selic (taxa básica de juros), já no patamar de 14,75% ao ano.

Também desmentindo a ‘seriedade’ da intenção de isentar do Imposto de Renda (IR)

os rendimentos até R\$ 5 mil, a ‘Viúva’ quer compensar a decorrente renúncia fiscal, por meio da criação de um novo imposto (!), de 10%, para retenção na fonte de dividendos superiores a R\$ 50 mil por mês, pagos por uma mesma empresa a Pessoa Física (PF). A tributação igualmente valeria para lucros remetidos ao exterior.

Estatual retoma fábricas de fertilizantes

Por Marcello Sigwalt

Arrendadas à iniciativa privada, desde 2020 – e inoperantes, desde 2023, por dificuldades financeiras – as fábricas de fertilizantes, em Caçamar (BA) e Laranjeiras (SE) terão sua produção retomada pela Petrobras, anunciou, na última semana, por meio de comunicado, a petroleira.

Envolvendo a Proquigel – subsidiária da Unigel, uma das maiores empresas químicas do

país – acordo implica o “encerramento das controvérsias contratuais e litígios existentes entre as partes”.

Mas para ganhar ‘força de lei’, o documento demandará homologação pelo Tribunal Arbitral, a quem cabe, de forma alternativa, a resolução de conflitos – por meio de arbitragem, que tem denominação em que árbitros substituem juízes – já solicitada pela Petrobras e pela Proquigel. Em informes

anteriores, a estatal deixou clara sua intenção de ‘busca uma solução definitiva, rentável e viável que garanta o suprimento de fertilizantes ao mercado brasileiro. Uma vez concluída a homologação, a Petrobras deve promover uma licitação, para contratar serviços de operação e manutenção das duas fábricas.

Agora, o plano de negócios da Petrobras mira “capturar valor com a produção e a comercialização de produtos ni-

trogenados, conciliando com a cadeia de produção de óleo e gás natural e a transição energética”.

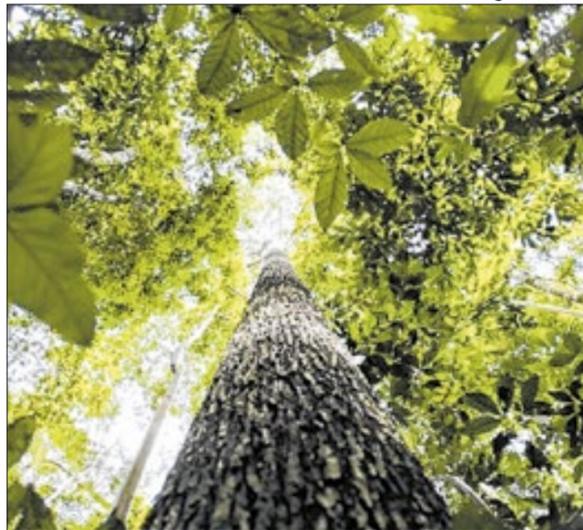
Para que sejam produzidos, fertilizantes, como a ureia – amplamente empregados na agricultura – demandam matéria-prima resultante do gás natural, que é produzido pela Petrobras. A questão estratégica em pauta é que, hoje, o país importa 80% dos fertilizantes que consome internamente.

CCUS reduzem em 57% efeito estufa

Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

Com potencial de reduzir 57% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) das indústrias no Brasil, os projetos de captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS, na sigla inglês) são alternativas para os setores mais intensivos que, mesmo adotando todas as estratégias de descarbonização possíveis, têm mais dificuldade de serem livres de carbono nos seus processos produtivos. Por exemplo, as indústrias de cimento e de siderurgia.

O dado é da organização CCS Brasil e integra estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O levantamento “Captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS): experiências internacionais e o potencial brasileiro” analisa os programas de Estados Unidos (EUA), Canadá, União Europeia, Noruega, Reino Unido, Alemanha, Dinamarca e Indonésia, destacando como as principais lições, avanços e desafios aprendi-



Projetos de captura de carbono são alternativas à indústria

dos em outros países podem fornecer subsídios para o desenvolvimento de CCUS no Brasil.

Atualmente, existem cerca de 45 instalações comerciais em operação no mundo, com uma capacidade total de captura de

mais de 50 milhões de toneladas de CO₂ anualmente. Entre 2022 e 2023, dez grandes instalações começaram a operar, incluindo novos projetos na China e nos Estados Unidos (EUA).

No Brasil, segundo a CCS

Brasil, o potencial de captura pode atingir cerca de 190 milhões de toneladas de CO₂ por ano, apenas considerando o atual nível de produção industrial e geração de energia. Para não ficar atrás na corrida mundial pelo domínio da tecnologia, a indústria brasileira tem investidos mais de R\$ 100 milhões em projetos de pesquisa espalhados pelo país.

No ritmo atual, captura mundial vai alcançar apenas 40% da meta Net Zero para 2030

A Agência Internacional de Energia (IEA) estima que, para atender ao cenário Net Zero, ou seja, de zerar as emissões líquidas de carbono até 2030 para evitar o ponto de “não-retorno” – quando a quantidade de carbono levada à atmosfera for igual à quantidade que é removida – a capacidade global de CCUS deve atingir aproximadamente 1,2 bilhão de toneladas de CO₂ por ano.

Anbima ‘detona’ vetos da tributária

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) divulgou na quinta-feira (23), uma nota junto à Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF) para defender a derrubada pelo Congresso Nacional dos vetos da Presidência da República sobre fundos de investimento na reforma tributária. Isso porque os fundos passariam a ser lidos como “prestadores

de serviços”, devendo pagar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirão os atuais PIS, Cofins, ICMS, IPI e ISS.

“Os fundos não são fornecedores de serviços e, portanto, não poderiam ser classificados como contribuintes de IBS/CBS. Logo, não há que se falar em benefício tributário – argumento que foi usado para sustentar os vetos”,

afirmam a Anbima e a CNF, no texto. “A redação da Lei Complementar 214 gera insegurança jurídica para uma indústria com patrimônio líquido de R\$ 9,2 trilhões e mais de 41 milhões de contas. Além disso, o texto se afasta de propósitos essenciais da reforma, como a simplificação do sistema tributário e a promoção de neutralidade fiscal.”

Segundo as entidades, os vetos reduzem alternativas de

diversificação e a incidência de nova tributação sobre seus investimentos.

“A Anbima e a CNF estão trabalhando de maneira assertiva e transparente com parlamentares e outros entes envolvidos com o tema para assegurar um tratamento tributário adequado para a indústria brasileira de fundos de investimento e que garanta segurança jurídica para o setor”, afirmam as entidades.